

CAPÍTULO 10

Perfil socioeconômico dos estudantes assistidos com os auxílios alimentação e transporte do Instituto Federal De Roraima – Campus Boa Vista Zona Oeste

Vivian Alves de Azevedo, Marcia Brazão e Silva Brandão

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c10>

Resumo

Este artigo tem como foco o perfil socioeconômico dos estudantes que são assistidos pelos auxílios alimentação e transporte da assistência estudantil do Instituto Federal de Roraima Campus Boa Vista Zona Oeste. Utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, com análise dos dados obtidos através de pesquisa documental, edital do auxílio 2022 e questionário aplicado. A amostra foram 29 alunos da turma de Administração e Comércio Integrado ao Ensino Médio, que se dispusera a responder o questionário aplicado. Por fim essas informações foram expostas através de gráficos e dados estatísticos, onde foram discutidos os resultados encontrados. O artigo irá contribuir para um maior conhecimento de informações sobre a assistência estudantil.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Auxílios Estudantis; Médio Integrado.

1. Introdução

A assistência estudantil tem como objetivo principal minimizar as desigualdades sociais, visando garantir condições de permanência e êxito acadêmico dos estudantes em vulnerabilidade social.

Essas políticas não contemplam as escolas públicas regulares, pois seu surgimento está ligado a princípio ao ensino superior através do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, restringindo-se aos Institutos Federais - IFs, Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes e Centros Federais de Educação

Tecnológica – CEFETs. Essas ações visam minimizar o conceito de Dualidade Perversa da Escola Pública Brasileira, pois segundo Libâneo (2012), a escola pública regular está muito distante da realidade das escolas particulares, na qual tem o objetivo de acolher o filho do pobre e desenvolver múltiplas potencialidades nos filhos dos ricos.

Os marcos legais foram importantes para garantir a Assistência Estudantil como direito consolidado, havendo discussões em âmbito nacional, Crosara e Silva (2020) em sua obra retrata a importância da Constituição Federal de 1988 dentre os mais relevantes, foi o reconhecimento da solidariedade, a dignidade da pessoa humana e a busca pela diminuição das desigualdades, eles afirmam ainda que foram alargadas as conquistas já consolidadas em constituições anteriores.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) representou outro Marco importante para a Assistência Estudantil, com força de decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, sendo sua principal meta melhorar os desempenhos acadêmicos de estudantes de baixa renda, contribuindo para diminuição da evasão e repetência no ensino Superior nas Ifes. O Ministério da Educação através do (PNAES) fomenta a permanência dos jovens na Educação Superior Pública, sendo prioritariamente assistidos estudantes da educação básica com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Brasil, 2010):

No Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte;

IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. § 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados. No Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir,

preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Nos IFs, os estudantes do ensino médio integrado que estiverem dentro do perfil socioeconômico, poderão ser contemplados com os auxílios ofertados pelo programa de assistência estudantil. Mais especificamente no IFRR-CBVZO, instituição foco deste artigo, a política de assistência estudantil visa promover a equidade entre os discentes, garantindo para aqueles que possuem fragilidades sociais as possibilidades de desenvolver as mesmas potencialidades dos estudantes de classes sociais mais favorecidas (IFRR, 2019).

2. Procedimentos metodológicos

2.1. Delineamento da pesquisa

Este artigo adotou uma pesquisa de natureza aplicada, pois os fatos investigados foram utilizados de maneira prática para compreensão ou resolução dos problemas investigados, trazendo segundo Matias-Pereira (2010) conhecimentos de aplicação prática de interesses locais. Quanto aos objetivos é uma pesquisa descritiva, proporcionando um maior conhecimento sobre o tema proposto, segundo Marconi e Lakatos (2017) analisará e interpretará fenômenos atuais com o objetivo de compreender os fatos no presente.

O método utilizado foi quali-quantitativa da análise de dados, obtidos através de uma pesquisa documental, avaliação de dados na plataforma Nilo Peçanha, bem como, questionário aplicado com perguntas objetivas e subjetivas. Segundo Minayo (1999) uma pesquisa quantitativa permite dimensionar e conhecer o perfil demográfico, social e econômico da população estudada, também estabelecer correlações entre possíveis influências nas questões em análise. Sendo que na pesquisa qualitativa é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos seus atos e às relações e estruturas sociais do seu advento e da sua transformação, compreendidas como construções humanas.

2.2. Sujeitos da pesquisa e população

A população avaliada foram 29 estudantes, regularmente matriculados nos cursos técnicos de Administração e Comércio Integrado ao Ensino Médio. Foram parte da pesquisa aqueles que ingressaram em 2022. Estima-se que o universo total seja em torno de 180 estudantes matriculados, tendo como critério de inclusão os alunos que de forma voluntária aceitaram responder ao questionário de pesquisa e tiveram a autorização dos responsáveis.

Quanto aos aspectos éticos e legais, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil para apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, da Universidade Estadual de Roraima/UERR e desenvolvida dentro dos princípios e normas éticos que regem a pesquisa com Seres Humanos.

Após as autorizações, foi realizada uma reunião com os alunos, uma turma do técnico em comércio integrada ao ensino médio e uma turma de técnico em administração integrado ao ensino médio, onde foi explicada a relevância da pesquisa e a importância da participação deles. Sendo necessário após o aceite, a assinatura do Registro de Assentimento Livre e Esclarecido (RALE) para aqueles que forem menores de 18 anos, e aos responsáveis legais o Registro de Consentimento e Livre Esclarecido (RCLE). Com os registros assinados, aplicou-se a pesquisa aos alunos, que responderam e posteriormente devolveram.

O pesquisador se comprometeu em manter em sigilo todos os dados pessoais dos participantes da pesquisa, sendo garantido seu anonimato, a qualquer momento o participante foi orientado que poderá solicitar ao pesquisador o desligamento da pesquisa.

2.3. Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Roraima Campus Boa Vista Zona Oeste, localizado na zona periférica da capital, onde se encontra maior número populacional.

2.4. Instrumento de coleta

Foi utilizado na pesquisa de campo um questionário semiestruturado com perguntas objetivas e subjetivas para coleta de dados, aplicado aos estudantes ingressos ao curso técnico integrado do ensino médio e ainda

consultas documentais. Segundo Lakatos (2007), o questionário é constituído por uma série de questionamentos que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.

2.5. Procedimentos de análise

Os dados encontrados foram tabulados no programa Excel e, após verificação da frequência dos dados obtidos, organizou-se através de explanação discursiva, representados em gráficos e tabelas, e assim realizar as análises e discussões. O método utilizado foi o indutivo, pois se aplicou inicialmente os dados de maneira geral para o particular, partindo das teorias e leis (Marconi; Lakatos, 1992). Segundo Bardin (2011) as entrevistas padronizadas destinadas aos participantes levam em conta a fidedignidade das informações. (Bauer; Gaskell, 2008), sendo utilizadas também para a concretização dos resultados da pesquisa.

3. Resultados e discussão

A Política de Assistência Estudantil tem contribuído de forma permanente na formação dos estudantes, sendo assim faz-se necessário pesquisar mais sobre o impacto que ela causa, assim como potencializar a sua oferta para que deste modo favoreça cada vez mais na formação dos estudantes, minimizando assim as desigualdades existentes tanto no âmbito educacional, como também na sua vida social. Desta forma a pesquisa buscou investigar junto aos discentes do ensino médio integrado do Campus Boa Vista Zona Oeste, o quanto eles conhecem sobre a política de assistência estudantil e assim desenvolver ações que ajudem em um melhor conhecimento sobre ela.

As respostas do questionário foram lançadas em gráficos contendo informações gerais sobre os participantes, bem como agrupadas e classificadas em números simples e percentuais. Retratou-se os resultados da pesquisa identificando de quem o estudo se refere e quais as vivências apresentadas por eles.

3.1. Perfil dos Estudantes participantes da pesquisa, curso, sexo e idade.

Dos 70 estudantes convidados a participar da pesquisa, um total de 29 alunos aceitaram o convite para colaborar. Em termos de distribuição por curso,

observa-se que 17 (58,6%) estudantes, pertencem ao curso técnico em administração integrado ao ensino médio, enquanto os restantes 12 (41,4%) estudantes, fazem parte do curso técnico em comércio integrado ao ensino médio. Cabe comentar que no seletivo de ingresso de oferta para os dois cursos acima citados as vagas foram bem mais para administração do que para o curso de comércio. Em relação à distribuição por gênero entre os participantes, observou-se que a maioria, com um total de 16 (55,2%) eram do sexo feminino. Enquanto isso, 9 (31%) estudantes, eram do sexo masculino, e 4 (13,8%) não forneceram informação sobre o gênero.

Quanto à faixa etária dos estudantes envolvidos, dos 29 participantes, 8 deles possuíam 15 anos, o que representa 27,6% do grupo. A maioria, composta por 14 (48,3%), estava na faixa etária de 16 anos. Além disso, 7 (24,1%) estudantes optaram por não declarar sua idade.

Após a apresentação do perfil dos estudantes, a análise dos dados coletados no questionário será prosseguida. Os resultados obtidos no questionário semiestruturado realizado com os alunos em questão serão discutidos.

Ao indagar os participantes sobre sua familiaridade com a Política de Assistência Estudantil (figura 1), avaliou-se tanto o nível de conhecimento dos alunos quanto a extensão deste. Entre os entrevistados, 13 (44%) afirmaram estar cientes da política, enquanto 16 (56%) responderam negativamente. Aqueles que afirmaram ter conhecimento descreveram-no de maneira concisa, focando principalmente nos aspectos relacionados aos auxílios financeiros oferecidos para apoiar os estudantes, porém não demonstraram através das falas subjetivas, compreender que a política é um conjunto de ações voltadas para amenizar as dificuldades, envolvendo equipe multidisciplinar para garantir um acompanhamento amplo na área educacional, social e de saúde, desenvolvendo e promovendo atividades para fortalecer a permanência do estudante na escola. De acordo com o decreto 7.234 de 2010 no Art. 4º diz que as ações da assistência estudantil serão executadas por instituições de ensino federal, considerando suas especificidades, ensino, pesquisa, extensão e as demais necessidades encontradas por seu corpo discente.

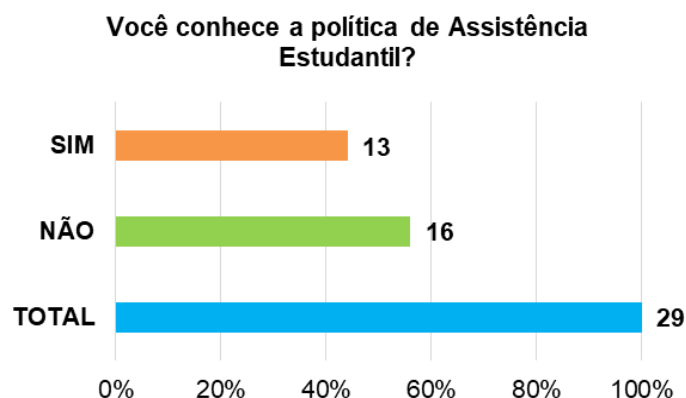


Figura 1. Conhecimento sobre a política estudantil. Fonte: Autores.

De acordo com a figura 2, observa-se que a grande maioria dos participantes, totalizando 28 (97%), indicou estar ciente dos auxílios oferecidos pela instituição.

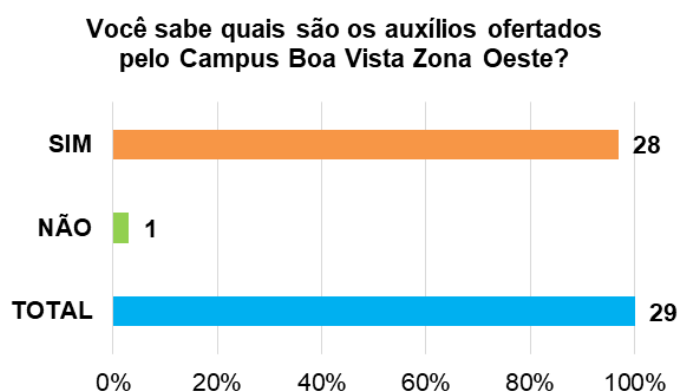


Figura 2. Questionamento sobre os auxílios ofertados no Campus Boa Vista Zona Oeste. Fonte: Autores

Apenas 1 estudante (3%) afirmou não ter conhecimento sobre esses auxílios. A expressiva proporção de respostas afirmativas reforça as conclusões apresentadas na figura 1, onde observou-se que o conhecimento a respeito da política se restringe a concessão de pagamento financeiro em forma de auxílio, não compreendendo que eles estão ligados a uma política de assistência estudantil. 1 aluno afirma que realmente desconhece os auxílios, o que significa que ele provavelmente não conhece a política e nem as ações por ela ofertada.

Observa-se a necessidade de uma maior divulgação sobre a política da assistência estudantil, suas ações e aplicabilidade.

Quanto ao processo de inscrição para os auxílios (Figura 3), 18 (62%) estudantes relataram estar familiarizados com o procedimento, enquanto 11 (38%) declararam não estar. Embora a maioria demonstre ter conhecimento sobre a realização da inscrição para os auxílios, muitos dos entrevistados mencionaram que consideram o processo "demorado" e "complicado". Eles expressaram a necessidade de assistência para concluir o processo e, em sua maioria, preferiram quando o procedimento era realizado de forma presencial, alegando que enfrentam dificuldades ao efetuar a inscrição devido à sua natureza online e à utilização de tecnologia. Curiosamente, um participante indicou encontrar um processo tranquilo e de fácil compreensão. O Edital do processo seletivo para os auxílios é reconhecido como uma fonte informativa e de compreensão acessível. No entanto, a natureza online do processo e o envolvimento de tecnologia ainda apresentam desafios para alguns alunos. Por essa razão, muitos alunos recorrem à assistência de terceiros para concluir com sucesso suas inscrições.

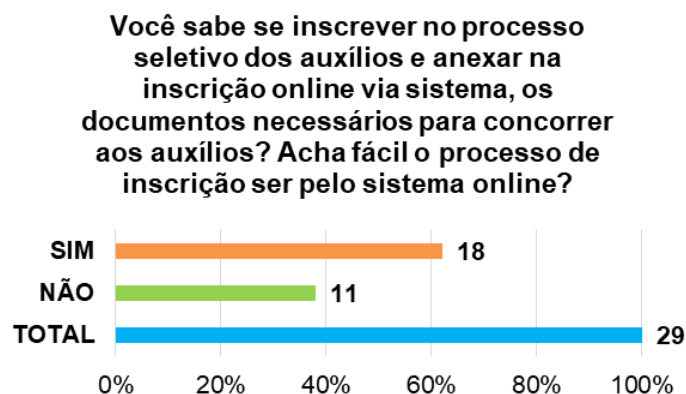


Figura 3. Conhecimento dos discentes sobre o processo de inscrição. Fonte: Autores

Ao indagar os estudantes sobre sua compreensão acerca de "renda per capita" (figura 4), 9 (31%) responderam afirmativamente, enquanto 20 (69%) responderam negativamente. Nota-se que, nessa pergunta, uma parcela significativamente maior dos alunos relatou não estar familiarizada com o

conceito de renda per capita. Mesmo entre os estudantes que afirmaram conhecê-lo, muitos mencionaram que entendiam o termo, mas não sabiam como efetuar o cálculo para determinar a renda per capita.

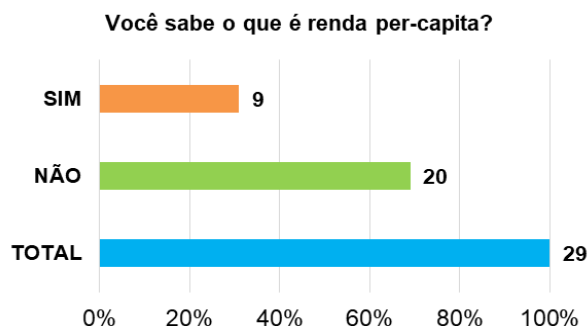


Figura 4. Sobre renda per-capita. Fonte: Autores

Sobre a questão sobre a recepção de auxílio estudantil oferecido pela instituição (figura 5), 19 (66%) estudantes afirmaram que sim, enquanto 10 (34%) responderam negativamente. Com base nos números levantados, é notável que mais da metade dos participantes recebem auxílios. Dentre esses, 11 (58%) alunos são beneficiados com auxílios alimentação e transporte, devido à maior vulnerabilidade. Além disso, 7 (24%) alunos recebem auxílio alimentação e 1 (5%) aluno recebe auxílio transporte. Entretanto, ainda não atingiu o ideal, pois uma parcela significativa carece de qualquer tipo de apoio financeiro.

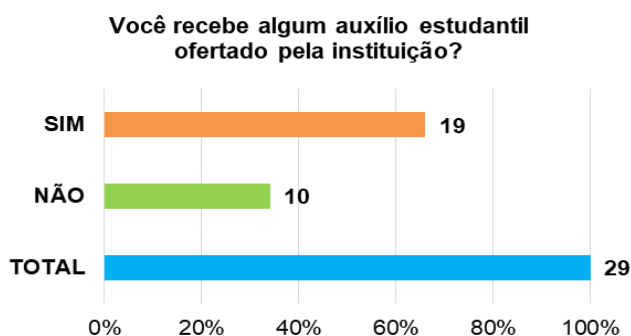


Figura 5. Percepção financeira de auxílio estudantil ofertado pela instituição. Fonte: Autores

Curiosamente, apesar das respostas anteriores indicarem desconhecimento sobre a política de assistência estudantil e dificuldades na inscrição, quase 100% dos entrevistados conseguiram se inscrever para os auxílios. Vale mencionar que, infelizmente, alguns não receberam benefícios devido à insuficiência de recursos para atender a todos, embora estivessem dentro dos critérios de análise.

A família recebe algum benefício social de transferência de renda? (ex. bolsa família, programa de crédito social)? 4 (14%) estudantes responderam que sim e 25 (86%) responderam que não. Ao analisarmos esses dados (figura 6), podemos observar que uma minoria dos estudantes recebe o benefício social, o que não significa que esses alunos não necessitem do auxílio estudantil, já que segundo a PNP 94,78% dos alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio estão dentro da faixa de renda de 0 até 1,5 salário mínimo per capita. Conforme a política de assistência estudantil esses alunos estão dentro do critério para receber o auxílio, justificando-se que deveríamos ter uma cobertura mais abrangente de auxílios estudantis, contemplando um número maior de estudantes em vulnerabilidade social, minimizando as desigualdades e prevenindo retenção e evasão.

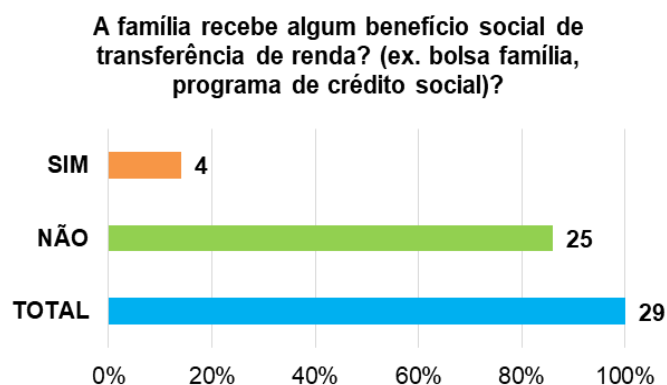


Figura 6. A família recebe algum benefício social de transferência de renda?

Fonte: Autores

Se você não tivesse sido contemplado com auxílio transporte e/ou alimentação, você teria condições de permanecer no curso? Dentre os estudantes questionados, 22 (76%) responderam afirmativamente, enquanto 7

(24%) responderam de forma negativa (figura 7). Entre os alunos que relataram receber auxílios 19 (66%), 11 (58%) deles manifestaram que embora fosse possível, enfrentam dificuldades consideráveis para se manterem no curso, principalmente devido à natureza integral do mesmo. Para eles, a falta de auxílio alimentação representaria o maior obstáculo. Por outro lado, 1 (5%) alunos não apresentaram justificativa específica para a decisão, enquanto 7 (37%) declararam que não conseguiriam prosseguir com os estudos sem os auxílios e optariam por uma escola de ensino regular. Observa-se que a natureza integral do curso intensifica a necessidade de um suporte mais abrangente para os alunos. A ausência de assistência básica, como no caso do auxílio alimentação, pode aumentar significativamente o risco de evasão, agravando as já existentes dificuldades sociais enfrentadas pelos alunos.

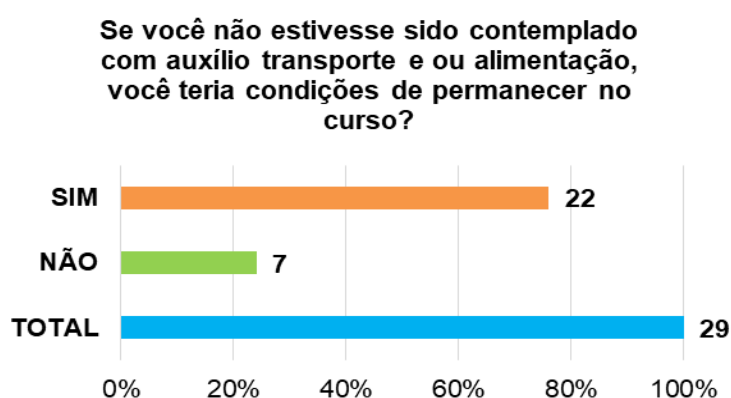


Figura 7. Permanência dos estudantes no curso se não estivessem sido contemplados no auxílio. Fonte: Autores

Quais foram as principais dificuldades encontradas no edital de 2022.1 do auxílio alimentação e transporte? Observamos no quadro 1, alguns alunos acharam o processo de inscrição tranquilo, entretanto, como maiores dificuldades os alunos citaram:

O processo é muito burocrático: Devido a todo o trâmite necessário a realizar a inscrição os alunos acham que o processo deveria ser mais simplificado.

Não esclarecedor: alguns alunos citarão que o edital ainda deixa a desejar quanto às informações na inscrição. Uma melhor divulgação e tira dúvidas sobre o edital seria necessário para assim sanar algumas lacunas referentes ao edital.

Pouco tempo para inscrição, complicado de se inscrever e anexar a documentação e instabilidade do site dificulta a inscrição: Todos esses pontos estão diretamente ligados a inscrição, levando em consideração que por se tratar de um recurso financeiro, o cronograma da oferta só ocorre após a materialização desse recurso nas contas das coordenações que realizam a oferta e o acompanhamento da assistência. Os documentos comprobatórios são um dos fatores que mais complica no momento da inscrição, mesmo com o acesso à internet prejudicada, a oferta do edital de forma on-line tem se mostrado mais ágil no momento de avaliar as inscrições.

Quadro 1. Principais dificuldades encontradas no edital de 2022.1 do auxílio alimentação e transporte:

Principais dificuldades encontradas no edital de 2022.1 do auxílio alimentação e transporte:	Tranquilo
	Burocrático.
	Pouco tempo para inscrição.
	Complicado de se inscrever e anexar a documentação.
	Instabilidade do site dificulta a inscrição.

Fonte: Autores

Ao indagar os participantes sobre suas sugestões para a melhoria na oferta dos auxílios de alimentação e transporte pela Assistência Estudantil do Campus Boa Vista Zona Oeste, diversas perspectivas e insights foram compartilhados (quadro 2). As respostas foram categorizadas da seguinte forma:

Aumento do valor dos auxílios: Muitos alunos enfatizaram a necessidade de um aumento no valor dos auxílios. Eles expressaram que os valores atuais cobrem apenas parcialmente os custos, dificultando sua capacidade de suprir suas necessidades básicas.

Aumentar o número de vagas: Vários estudantes apontaram para a necessidade de aumentar o número de vagas disponíveis para os auxílios. Eles

observaram que a cobertura atual não é suficiente para atender todos os alunos em situação de vulnerabilidade social.

Maior fiscalização e acompanhamento: Alguns participantes destacaram a importância de uma fiscalização mais rigorosa e um acompanhamento mais efetivo por parte dos profissionais em relação aos dados declarados pelos estudantes. Isso garantiria uma distribuição justa e eficiente dos auxílios.

Processo mais esclarecido e informativo: Alunos sugeriram que o processo de solicitação e obtenção dos auxílios seja mais claro, transparente e informativo. Isso poderia ajudar a reduzir confusões e dificuldades durante o processo.

Pontualidade nos pagamentos: Foi ressaltada a importância de não atrasar os pagamentos dos auxílios, pois isso afeta a frequência dos alunos às aulas. Pagamentos pontuais são essenciais para garantir a continuidade dos estudos.

Elogios aos profissionais: Alguns alunos elogiaram os profissionais envolvidos na oferta dos auxílios, destacando sua disponibilidade para ajudar, responder dúvidas e fornecer assistência quando necessário.

Quadro 2. Sugestões para a melhoria na oferta dos auxílios Assistência Estudantil.

Você tem sugestões para a melhoria na oferta dos auxílios de alimentação e transporte da Assistência Estudantil do Campus Boa Vista Zona Oeste?	Aumentar o valor do auxílio.
	Mais número de vagas.
	Fiscalizar as declarações.
	Não atrasar pagamento.
	Mais esclarecido e informativo.

Fonte: Autores

Além disso, é importante notar que o número de auxílios disponíveis está diretamente relacionado ao montante financeiro destinado à instituição pela política estudantil. Essa alocação de recursos pode ser insuficiente para atender a demanda de estudantes em necessidade socioeconômica.

4. Conclusões

A pesquisa buscou entender a assistência estudantil através da oferta dos auxílios aos estudantes do IFRR-CBVZO, verificando a compreensão do aluno sobre a política e o quanto ela está auxiliando na sua vida acadêmica, entender a sua fragilidade e o que se pode melhorar para uma maior difusão de conhecimento sobre a assistência estudantil, para assim ser utilizada de forma a otimizar o apoio, impactando diretamente na sua permanência e êxito enquanto aluno do CBVZO.

A análise permitiu observar que os alunos pesquisados se encontram dentro do perfil social de acordo com o critério estabelecido pela política, em uma faixa etária de 14 à 16 anos e que existe um equilíbrio entre os sexos dos estudantes participantes. Quanto ao conhecimento embora demonstrem entender sobre os auxílios, não fica claro que conhecem toda a política e suas ações de apoio, mas que conhecem de forma fragmentada, não entendendo a dimensão e contribuição que ela pode ofertar em ações multiprofissionais de acolhimento social, saúde, educacional e amparo financeiro aos discentes.

Quando analisado o processo de inscrição, os dados encontrados mostram algumas fragilidades e equívocos dos estudantes, onde embora conheçam os auxílios e o processo de inscrição, ainda encontram muitas dificuldades e têm dúvidas sobre fatores determinantes para serem contemplados quanto aos critérios solicitados no edital, o fato de alguns estudantes preferirem a inscrição presencial dar-se por eles terem no momento alguém que possa esclarecer e sanar suas dúvidas no ato de se inscrever, pois embora não seja a maioria, mas ainda assim alguns estudantes deparam-se nas dúvidas quanto a fatores como renda bruta e per-capita, critérios importantes na hora da avaliação socioeconômica no momento da análise.

Um fato que chamou atenção foi que pouquíssimos alunos recebem algum benefício de transferência de renda como exemplo bolsa família, mesmo os que ganham não os exclui da necessidade e do critério para recebimento dos auxílios ofertados, pois é expressivo de forma quase 100% dos estudantes do Campus Zona Oeste encontram-se dentro do estabelecido no art. 5º do Decreto 7.234/2010, “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita

de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de Ensino Superior”.

A pesquisa evidenciou muitas questões que são necessárias serem trabalhada de forma mais esclarecida, para que os estudantes venham a compreender a assistência estudantil em sua potencialidade e colocada em prática nos seus objetivos, sendo um processo a ser elucidado para assim facilitar a sua execução e concorrência. É necessário um maior engajamento de ações voltadas para transformar o aluno em protagonista, tornando a assistência estudantil uma ação de amparo e inclusiva durante a sua permanência escolar e transformação social perpassada além dos muros da instituição de ensino.

5. Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. Edição revista e ampliada, São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em 23 de julho de 2021.

CROSARA, D.; SILVA, L. B. (org.). **A assistência estudantil em debate: análise dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional brasileiro**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

IFRR. Instituto Federal de Roraima. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023**. IFRR, 2019. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/pdi>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO. José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 13-28. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2.

ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, C. D. S. **O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde**. São Paulo. Escola Nacional de Saúde Pública, 1999.

PLATAFORMA Nilo Peçanha. **PNP 2021 (Ano Base 2020)**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2021.html>. Acesso em: 31 de março de 2022.

Autores

Vivian Alves de Azevedo, Marcia Brazão e Silva Brandão*

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, CEP: 69309-695, Boa Vista, RR, Brasil.

* Autor para correspondência: marcia.brazao@ifrr.edu.br